



Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUILIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calito Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duilio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª

LEGISLATURA

ATA DA 040ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duilio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini. (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Antonio Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4º. Do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o

Plenário, dispensa de discussão e redação final aos projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão

Sala das Sessões, em 13.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Item 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/96, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 078/96. Dispõe, com base na Lei Complementar Federal nº 087/96, normas referentes ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. Com emendas de Plenário, com Parecer da C.C.J. Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2ª Discussão. Em Regime de Urgência.

Para encaminhar a Votação, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Quero lembrar que durante a Sessão Extraordinária do mês de julho, esta Casa votou uma anistia às dívidas que empresários tinham com a Secretaria da Fazenda. Naquela ocasião, o Secretário Salomão saiu na imprensa e declarou

que isso causava uma falta de arrecadação no Estado, cerca de 1 bilhão de Reais. O Secretário, a pedido de informações nosso, respondeu que a dívida ativa estava em 1 bilhão e 300 milhões de reais e que a lei iria reduzir a dívida ativa. Houve a questão dos 60% de desconto da dívida que está na polícia e que ninguém sabe o tamanho do rombo que causou ao erário público.

A Renault vem vindo aí, não se sabe por quanto tempo ficará isenta, a sociedade não sabe e parece que não vamos ficar sabendo, é segredo de Estado. Tem que ter ação judicial para se tomar conhecimento.

Então, agora, nesse substitutivo, diminui-se a alíquota da cobrança do ICMS de 25% para 17% sob a alegação de que essas empresas estão sonegando imposto. Ora, sabe-se que está sonegando. É para pagar, contrata-se recursos humanos, melhora-se as atividades da Secretaria e passa-se a cobrar essas empresas, porque diz que só a redução causará um prejuízo para o Estado de 400 mil reais. Ora, vamos reduzir, sabendo que haverá prejuízo. Não tem verba para a saúde, não tem verba para servidor público, não significa que reduzindo o ICMS vai diminuir o preço para o consumidor, não significa que vai aumentar o número de empregos no setor e volta e meia tem denúncia de trabalho semi-escravo em usinas do Brasil. exploração de menores, conforme está lembrando aqui o Deputado Colombo, que fez uso da tribuna para a denúncia de São Pedro do Ivaí.

Senhores Deputados, não dá para aprovar um substitutivo no qual o Estado do Paraná leva um prejuízo enorme e a sociedade paranaense perde com um mínimo da sociedade ganhando. Alega-se, por exemplo, que energia elétrica fica com a alíquota de 25%, porque é supérflua, quando energia elétrica é para o desenvolvimento, assim como a energia do álcool também é para o desenvolvimento. Discute-se o ICMS como um todo, mas não se discute para atender a um segmento a sociedade, minoritário, no qual a população será vítima, porque o Estado não arrecada, o Estado não investe e o Estado não vai ganhar absolutamente nada. Se está sonegando, que aumente-se a fiscalização e acabe com a sonegação, mas não este Parlamento ser conivente com esse tipo de prática.

Deputado Algaci Túlio, cabe à Oposição ajudar a fiscalizar na sonegação. Pois bem, que aprove-se a mesma alíquota de 2%, e que se contrate funcionários para ajudarem na fiscalização da sonegação.

É a resposta da nossa bancada, por isso o PT vota contrário a esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, reforçando o argumento anterior, quando eu falava do Substitutivo, se voltarmos à questão do orçamento, teremos mais e mais perdas com a arrecadação do ICMS por conta das isenções que vai se dando ao longo do tempo. Vi chegar a um ponto em que o Estado vai ter que rever isso, fazer cobranças judiciais, rever alíquotas, o que é complicado. É mais fácil dar a isenção do que depois retornar a cobrá-la em índices mais altos. É importante dizer o

seguinte: tenho recebido muitas e muitas reclamações de pequenos e microempresários que estão sendo vítimas de uma fiscalização duríssima por parte da Fazenda do Estado do Paraná, fiscalização esta que submete a muitas, numa suposição de faturamento que eles não estão tendo diante da recessão econômica e por outro lado estamos aprovando leis que isentam, diminuem alíquotas, estamos ao lado de acordos não transparentes com empresas que vêm de fora, com isenções. O Estado está sendo lapidado lentamente, aos poucos. Isençõzinha aqui, apoios ali e enquanto isso o pequeno e o meio empresários, grandes geradores de empregos no Estado do Paraná, não estão tendo o devido tratamento por conta do Estado.

Então, temos que refletir sobre esse ponto de vista também. A realidade econômica não nos permite essa situação.

E dizer aqui que é importante que a Fazenda do Estado do Paraná redobre seu fiscais e também o seu próprio assessoramento jurídico, para que entre com ação, sim, de cobrança, aos grandes devedores, que aí sim, terá moral suficiente para também bater uma fiscalização duríssima sobre os pequenos empresários do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao Substitutivo Geral.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado, com restrição da bancada do PT.

O Substitutivo Geral irá à Redação Final ainda hoje.

Item 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 046/96, de autoria da Comissão Executiva Acrescenta parágrafo e incisos ao Art 11 da Resolução n.º 052/89, de 21 de novembro de 1989. Parecer Favorável da Comissão Executiva. - Aprovado, artigo por artigo.

Item 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 008/96, de autoria dos Deputados Nelson Justus e outros. Dá nova redação ao § 1.º do Art. 6.º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J. Emenda da C.C.J. - Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 008/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O § 1º, do Art. 6º, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Os membros da Mesa terão mandato de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.96.

(a) NELSON JUSTUS

APOIAMENTO: Marquinhos Alves, Cleiton Kielse, Nelson Tureck, Walmor Trentini, Antonio Belinati, Cesar Seleme, Sâmis da Silva, Nelson Garcia, Durval Amaral, Edno Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Reny Borsato, Duílio Genari e Techy Filho

COMISSÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 08/96

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, tem por objetivo alterar o § 1º do art. 6, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, acrescentado ao mesmo a Emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
EDUARDO TREVISAN - Relator.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/96 EMENDA ADITIVA

Art. 1º - O Art. 6º e seus respectivos parágrafos, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - A sessão preparatória seguinte será presidida pelo Presidente eleito, que convidará dois Deputados presentes para Secretários provisórios, realizando-se, nesse mesmo dia, a eleição de 3 (três) vice-Presidentes e 5 (cinco) Secretários.

§ 1º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois (02) anos, permitida a recondução na mesma legislatura.

§ 2º - Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá a eleição para os demais cargos.

§ 3º - A eleição será feita em cédulas distintas, sendo uma para os cargos de vice-Presidentes e outra para os cargos de Secretários.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
EDUARDO TREVISAN - Relator.

JUSTIFICATIVA:

O disciplinamento da composição e da eleição da Mesa Diretora é de atribuição exclusiva da Assembleia Legislativa, em virtude da competência privativa para a elaboração do seu regimento interno.

É o que prescreve o art. 54, incisos I e II da Constituição Estadual:

Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

I - eleger a mesa e constituir as Comissões;

II - elaborar o Regimento Interno.

Essa disposição encontra perfeita simetria nos artigos 51, III e 52, XII, da Constituição Federal, que regulam a Câmara Federal e o Senado Federal, assegurando eficácia ao Princípio da Autonomia dos Poderes constituídos.

Quanto à organização das Assembleias Legislativas, atenta ao princípio da autonomia dos Estados Federados (art. 25), a Constituição Federal estabeleceu algumas regras específicas no tocante (I) ao número de Deputados, (II) à duração do mandato, (III) e ao limite de remuneração, deixando para as respectivas Assembleias, através de seus regimentos internos, estabelecerem normas voltadas às suas organizações, fixação dos cargos e formas de provimentos (art. 27, da CF).

Excluindo a observância dos princípios supraenumerados “os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem...” (art. 25).

A Constituição Estadual prescreve no seu artigo 61, § 3º, que:

“A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois (02) anos.”

O Constituinte Estadual fixou o mandato dos membros da Mesa Diretora, deixando a sua composição, as regras da eleição e elegibilidade, para o Regimento Interno.

Diante da competência desta Casa para estabelecer as regras e procedimentos para a

a mesa, requerimento nº 1427, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro escolha dos integrantes da Mesa Diretora, apresentamos o projeto de resolução alterando o art. 6º e parágrafos da Resolução nº 159/90, cujo teor está ajustado aos princípios constitucionais vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre

encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 446/96.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/96.

Levanta-se a sessão.